

Doi: 10.5281/zenodo.21762372

O BRÁS E A PRESENÇA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NOS GRUPOS ESCOLARES DO BAIRRO (1896-1908)

Lucas Vilela da Silva¹

Claudia Panizzolo²

Resumo: O artigo explora a história do bairro do Brás e a influência da imigração italiana em seus Grupos Escolares no final do século XIX e início do XX. Inicialmente uma freguesia rural e humilde, o Brás transformou-se com a chegada da ferrovia e das indústrias, tornando-se um polo operário. A massiva imigração italiana, impulsionada pela crise agrária na Itália e pela necessidade de mão de obra em São Paulo, alterou profundamente a demografia e a cultura locais. O artigo destaca a importância da educação pública republicana na formação de uma nova identidade nacional e cidadã. Por meio de dados do Anuário do Ensino de 1907-1908, analisa-se a presença de alunos estrangeiros, em sua maioria italianos, como reflexo da integração desses imigrantes à sociedade paulistana.

Palavras-chave: Brás; Imigração; Italianos; Educação Pública; Grupos Escolares.

BRÁS AND THE PRESENCE OF ITALIAN IMMIGRANTS IN THE NEIGHBORHOOD'S SCHOOL GROUPS (1896-1908)

Abstract: This article explores the history of the Brás neighborhood and the influence of Italian immigration on its schools in the late 19th and early 20th centuries. Initially a humble rural parish, Brás transformed with the arrival of the railroad and industries, becoming a working-class hub. The massive Italian immigration, driven by the agrarian crisis in Italy and the need for labor in São Paulo, profoundly altered the local demographics and culture. The article highlights the importance of republican public education in the formation of a new national and civic identity. Using data from the 1907-1908 Education Yearbook, it analyzes the presence of foreign students, mostly Italians, as a reflection of the integration of these immigrants into São Paulo society.

Keywords: Brás; Immigration; Italians; Public Education; School Groups.

¹ Graduado em História. Mestrando em História da Educação pela UNIFESP. E-mail para contato: lucas.vilela28@unifesp.br

² Mestre e Doutora em Educação: História, Política. Estágio Pós-Doutoral na Universidade de Caxias do Sul (Brasil) e na Università degli Studi Del Molise (Itália). Professora Associada da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Infância, Cultura, História (GEPICH). E-mail para contato: claudia.panizzolo@unifesp.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado com o objetivo de conhecer as reflexões no campo da História da Educação e as pesquisas a respeito da imigração italiana para São Paulo. Teve como foco o estudo dos imigrantes italianos nos Grupos Escolares do Brás, correlacionando sua significativa presença com a ocupação dos espaços escolares do bairro.

Nas últimas três décadas do século XIX, a cidade de São Paulo vivenciou profundas transformações resultantes do acúmulo de capital proveniente das lavouras de café, o que possibilitou investimentos na modernização e urbanização da cidade; a construção da malha ferroviária com estações como a Estação da Luz, a Estação da Barra Funda e a Estação do Brás; e a presença massiva de imigrantes, principalmente italianos, que, uma vez aqui instalados, moldaram a cultura, o cotidiano e a espacialidade da cidade.

Com crescimento da mão de obra, imigrantes, principalmente italianos, partiram do campo para o centro urbano de São Paulo por melhores condições de vida. Inicialmente localizados nas plantações de café, deslocaram-se para a área urbana nas últimas décadas do XIX. A justificativa dar-se-ia com a necessidade de operários nas novas indústrias (produção de chapéus, mineração, entre outras) e no setor de serviços, resultando na diminuição da demanda de trabalhadores nas plantações de café no segundo ciclo de industrialização da cidade. Assim, o índice populacional urbano passou a crescer consideravelmente. O censo paulista de 1872 indicava que cerca de 3,7% da população da província morava na capital; no final do século concentrava 10,5% da população do estado e 12,9% em 1920 (Fausto, 1976 apud Paulino, 2022, p. 18).

Com base no conceito de identidade étnica, Truzzi (2016) propõe que a identidade étnica – italianidade, nesse contexto, não estava previamente estabelecida entre os imigrantes italianos que se dirigiram ao Brasil no final do século XIX e início do século XX, mas foi construída ao longo do tempo, sendo “uma fronteira social interposta entre um determinado grupo e “os outros” (Truzzi, 2016, p. 15). Portanto, as diferenças culturais e sociais levam os indivíduos a pensar: “eles não são como nós”. Esse conceito é utilizado no artigo para auxiliar na compreensão da formação da identidade comum entre os italianos presentes no bairro do Brás.

Outro conceito utilizado é o de capital cultural e capital simbólico, proposto por Bourdieu (2014), que discute a relação entre o capital cultural construído pelo modelo escolar e pelo sistema educacional da Primeira República, entendido como recurso e uma ferramenta social amplamente utilizados para amparar o capital simbólico

construído pela elite republicana, ou seja, o símbolo de poder e prestígio que lhe conferiu a legitimidade desejada.

Com relação às referências bibliográficas que tratam sobre o tema “a presença dos imigrantes italianos no Grupo Escolar do Brás (1880-1910)”, nenhum estudo foi elaborado especificamente nesse sentido, visto que a grande maioria dos artigos e produções sobre a imigração italiana trata sobre a vivência cotidiana no bairro, do movimento operário, de dados demográficos e da manutenção de tradições familiares e culturais.

Alguns desses estudos são: as memórias de vivência no bairro, como em *Alcântara Machado: testemunha da imigração*, de Rubens Ricupero (1993), em que o autor traz suas memórias sobre o bairro, fazendo alusão a Alcântara Machado e à sua obra *Brás, Bexiga e Barra Funda*; os cortiços, vida dura dos operários e a imigração italiana no bairro do Brás, como em *Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial*, de Maura Pardini (1994); o estudo da sistematização e interpretação dos percursos dos ítalo-paulistas retratados no compêndio de contos de Alcântara Machado, na dissertação *Lugares políticos de Antônio de Alcântara Machado: a integração do imigrante italiano em Brás, Bexiga e Barra Funda (1924-1927)*, de Allan Cavalcanti De Moura (2018); a rememoração e a reafirmação das tradições italianas no Brás por meio da alimentação, na dissertação *Arrimos da memória dos imigrantes italianos e seus descendentes: alimentação, família, casa, objetos, terra natal e bairro (1942-1960)*, de Debora Cristina Nascimento (2014); e o estudo sobre a mortalidade - suas características e condicionantes - no distrito do Brás, de Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi (2018), no qual a autora utiliza as estatísticas de óbitos produzidas e publicadas pela Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo.

Sendo assim, a escrita deste artigo mostrou-se um desafio adicional por se tratar de um tema pouco abordado e inédito no que se refere à presença dos italianos nos Grupos Escolares do bairro do Brás. É diante desses desafios que o artigo tem por objetivo averiguar e evidenciar a presença dos imigrantes estrangeiros, especificamente os italianos, nos três grupos escolares que existiram em um dos bairros de maior importância histórica, cultural e econômica da cidade de São Paulo, o Brás, lar de milhares de italianos residentes na cidade entre o final do século XIX e início do século XX.

Por meio das páginas do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo do biênio 1907-1908, da tese *Nem modernidade nem uniformidade: as escolas isoladas da cidade de São Paulo (1894-1919)*, de Adilson Ednei Felipe (2023), e dos dados obtidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no CRE Mário Covas foram obtidas diversas informações sobre o surgimento, a formação e a constituição dos três grupos escolares existentes no bairro do Brás. Percebe-se que, graças ao grande número de alunos e matrículas, foi necessário estabelecer três grupos escolares para atender não somente à demanda do bairro, mas também à da região e arredores. A escolha desse anuário em específico, referente ao biênio 1907-1908, deve-se às informações apresentadas sobre a origem dos estudantes, ou seja, os dados informam o número de alunos nacionais e estrangeiros. Nesse mesmo documento também constam informações sobre o surgimento de cada Grupo Escolar, seus diretores, a disposição da infraestrutura e sua localização.

O recorte temporal está estabelecido entre o ano de 1896, ano de criação do segundo Grupo Escolar do Brás (que, pela cronologia, foi o primeiro a ser fundado), e o ano de 1908, data da publicação do Anuário Escolar do Estado de São Paulo, referente ao biênio 1907-1908.

Tendo em vista sua organização, o artigo divide-se em: Introdução, em que são delimitados o tema, o objetivo, os problemas que mobilizaram a pesquisa, a revisão bibliográfica e os procedimentos metodológicos; duas seções - a primeira apresenta a trajetória dos imigrantes italianos desde os motivos que levaram à sua saída da Itália até sua chegada a São Paulo, especialmente no bairro do Brás; a segunda trata das crianças italianas nos Grupos Escolares do Brás -; considerações finais e referências bibliográficas.

Os italianos em São Paulo, da chegada ao Brasil ao estabelecimento no Bairro do Brás

Os imigrantes que chegaram ao Brasil nas três últimas décadas do século XIX provinham de uma Itália recém-unificada³, que iniciou tardiamente a sua industrialização em relação aos demais países da Europa, o que significou um déficit na oferta de mão de obra em serviços mais qualificados, os quais trariam maior

³ Este processo de Unificação ficou conhecido como Ressurgimento, tendo em 17/03/1861 sido proclamado o Reino da Itália, com a coroação do Rei Vittorio Emanuele II como o primeiro Rei da Itália.

possibilidade de obtenção de melhores salários. Com uma tradição de migrarem, em tempos de escassez, para outros países da Europa, os italianos viram-se forçados, assim, juntamente a outros tantos fatores, a um profundo êxodo que afetou diversas regiões do país, resultando na necessidade de deixar a nação como o único meio para fugir das péssimas condições de vida na Itália do final do século XIX.

Emilio Sereni, historiador que estudou o impacto da entrada do capitalismo nas zonas rurais da Itália, também se refere ao enorme ônus que representou o processo de unificação fiscal da Itália para os camponeses em particular. Em sua origem, como agricultores, alguns deles já haviam passado pela experiência de migrar temporariamente para países ao norte da Itália (Truzzi, 2016, p. 33).

Era uma nação assolada pela escassez de recursos, principalmente nos campos, onde muitos camponeses não tinham mais o acesso à terra, que durante tantos séculos servira de sustento a muitos; havia alto desemprego nas cidades; um país com altas taxas de analfabetismo e de altos impostos, agravando ainda mais a miséria da população; além de um crescimento populacional muito acima do planejado – ocasionado, principalmente, pelas novas condições decorrentes do desenvolvimento técnico da medicina, que possibilitou a diminuição da mortalidade adulta e, especialmente, da infantil -, como aponta Trento:

A literatura sobre as causas internas da vaga emigratória transoceânica do período de 1880 - 1914 é vasta demais para ser recordada aqui. Bastará acenar esquematicamente para o fato de que o fluxo é determinado por motivos seja de ordem demográfica (diminuição do índice de mortalidade e estabilização do índice de natalidade após 1870), seja de ordem econômica - entre estes últimos, o primeiro lugar é assumido, sem dúvida, pela depressão agrícola dos anos 1880, que provocou uma crise de disponibilidades alimentícias, pela progressiva fragmentação das pequenas propriedades rurais, pelo forte redimensionamento das rendas complementares nos campos, in primis pela tecelagem caseira, varridos pelo surgimento da indústria (Trento, 2022, p. 32).

Milhares de imigrantes italianos cruzaram o oceano na esperança de construir uma nova vida no Brasil, sendo o terceiro país das Américas que mais recebeu italianos, atrás apenas da Argentina e dos Estados Unidos. Entre os anos de 1886, momento em que surge, pela iniciativa dos grandes cafeicultores de São Paulo, um dos grandes impulsionadores da vinda dos imigrantes, a Sociedade Promotora da Imigração, e 1902, ano em que o governo italiano, diante da verificação das péssimas condições de vida dos imigrantes italianos em especial nas lavouras de café, estabeleceu o decreto Prinetti, encerrando então a imigração subsidiada e o período que marcou o auge da imigração italiana para o Brasil.

O período mais intenso de chegadas situou-se entre os anos de 1886 e 1900, quando os italianos representaram 57% de todos os imigrantes que entraram no Brasil. Em 1902, o governo italiano, após tomar conhecimento das condições desfavoráveis de inserção dos italianos nas lavouras paulistas, proibiu a vinda de imigrantes com passagens subsidiadas, o que determinou uma diminuição significativa do fluxo. Segundo o demógrafo italiano Giorgio Mortara, naquele ano, que registrou provavelmente o ápice da presença relativa de italianos na população nacional, cerca de 600 mil italianos residiam no Brasil (Truzzi, 2016, p. 21).

Vários motivos levaram o estado de São Paulo, local que mais recebeu italianos, a incentivar a imigração: a necessidade de substituir a mão de obra escravizada nas fazendas de café, vista pelos fazendeiros como dispendiosa e indesejada em razão do forte preconceito racial, que atribuía ao escravizado a condição de elemento perigoso e inferiorizado; o projeto de embranquecimento racial, promovido pelas elites embasado nas pseudociências no final do século XIX e início do século XX; a ideia do europeu, em especial o italiano, como ordeiro, dedicado ao trabalho e com alto senso de moralidade; mas, principalmente, a possibilidade de explorar em larga escala essa mão de obra livre e assalariada.

[...] desenvolvia-se, com respeito ao trabalhador italiano, um estereótipo altamente positivo: “ se a Sociedade Promotora tem introduzido até hoje somente italianos, e do Norte, não o fez por sistema, procurando afastar o de outras procedências. O motivo principal foi o já apontado, da preferência para os que são chamados, além da grande procura e predileção pelos trabalhadores desta nacionalidade, perfeitamente adaptados, pela moralidade e inexcedível amor ao trabalho, aos nossos desejos, se nos quisermos pronunciar com imparcialidade e justiça” (Beiguelman, 2005, p. 116 apud Truzzi, 2016, p. 40).

Panizzolo (2021) aponta que, além do estado de São Paulo, como um todo, receber cerca de 70% dos imigrantes italianos no período de maior imigração, conforme também indica Truzzi (2016), a cidade de São Paulo teve um acréscimo significativo em seu número de habitantes, crescendo mais de 500 mil habitantes em menos de 50 anos. Esse resultado foi também resultado da vinda em massa de italianos para o Brasil, a ponto de ser muito comum ouvir o idioma italiano e, principalmente, seus dialetos, nas ruas da cidade:

Com a chegada dos imigrantes, em especial dos italianos, a população da cidade de São Paulo aumentou significativamente. Sendo em 1872, 26.020 habitantes; em 1886, 44.033; passando em 1890 para 64.934; em 1894 para 130.755; em 1900 para 239.820; em 1910 para 409.420 e em 1920 para 581.435 habitantes (Sant'Anna, 1936; São Paulo, 1983) (Panizzolo, 2021, p. 3).

Dentro desses números muito expressivos apontados acima, encontrava-se um grande número de crianças acompanhando seus familiares e que, uma vez instaladas em território paulista, recorriam, em muitos dos casos, à única forma de ajudar financeiramente suas famílias, sendo, portanto, o trabalho informal uma renda extra indispensável para a sobrevivência familiar. Muitas crianças e jovens atuavam como engraxates e vendedores de jornal, dentre outras profissões. Bassanezi aponta que:

Milhares de crianças vindas de terras estrangeiras chegaram aos portos brasileiros, principalmente ao de Santos, durante o período que se convencionou chamar de imigração de massa. Essas crianças acompanhavam suas famílias na travessia do oceano, atraídas pelas políticas migratórias brasileiras e paulistas que visavam solucionar o problema de mão de obra para a cafeicultura em expansão, privilegiando a imigração familiar (Bassanezi, 2013, p. 1).

No entanto, mesmo com uma expectativa inicial de sucesso praticamente imediato, que foi o “combustível” para convencer milhares de pessoas a venderem tudo o que tinham e cruzarem o oceano, visão vendida pelos agentes recrutadores nas ações propagandistas que realizavam na Itália, não é possível afirmar que a vida melhorou significativamente após a chegada ao Brasil. Muito pelo contrário, a decepção e frustração foram generalizadas quando diversos italianos se dirigiram às fazendas de café, especialmente no estado de São Paulo, onde se depararam com condições precárias de trabalho, alimentação e moradia, juntamente com profunda exploração e dependência da fazenda em que trabalhavam:

[...] a realidade vivenciada pela maior parte dos colonos era quase o oposto: dependência econômica do armazém da fazenda e consequente endividamento progressivo, falta de assistência médica ou religiosa, proprietários e administradores despóticos e isolamento imposto pelo regime de trabalho, compondo um conjunto de condições totalmente desalinhadas com as promessas dos agentes recrutadores nas aldeias da Itália (Truzzi, 2016, p. 44).

Mesmo diante de todas essas condições adversas com as quais logo se depararam, o trabalho no sistema de colonato existente nas fazendas de café, na maioria das vezes, significava a única opção para esses imigrantes italianos que, inseridos em uma realidade social, econômica, política e cultural diferente da vivenciada na Itália, não viam alternativa de sobrevivência que não a cafeicultura, ainda que de forma temporária. Muitos migraram posteriormente para outras fazendas em busca de melhores condições de sobrevivência ou até mesmo dirigiram aos nascentes núcleos urbanos que surgiam no Oeste paulista, impulsionados pelo café e pelas linhas férreas e alimentados, em termos populacionais, por esses imigrantes.

Afirma Alvin: “Os contratos de trabalho estabelecidos na lavoura cafeeira, bem como o caráter familiar que lhes foi peculiar, nasceram de uma imposição da facção do Oeste paulista e representavam, praticamente, a única opção para o imigrante, no momento de chegada a São Paulo” (Alvin, 1983, p. 97-98).

Os que foram para a cidade de São Paulo, muitas vezes fugindo das péssimas condições das fazendas de cafés, dedicaram-se, sendo o bairro do Brás um claro exemplo, à montagem de pequenas fábricas de calçados, de óleo e de massas, ao comércio formal e ambulante e ainda ao trabalho como operários nas indústrias. Trento (2022) aponta que as condições desses trabalhadores eram péssimas, sendo constantes as jornadas exaustivas, os baixos salários e o uso em massa de mulheres e crianças, com remunerações bem inferiores às dos operários homens e adultos. Sobre essa realidade das fábricas e do comércio, Panizzolo observa:

Na cidade de São Paulo, muitos imigrantes italianos se dedicaram ao comércio ambulante. Assim, lado a lado com as velhas quitandeiras com tabuleiros em mãos, que segundo Bruno (1991) eram deslocadas de um canto para outro pelo poder municipal, estavam os adultos italianos andando pelas ruas “negociando com flores, com frutas, com hortaliças, com peixe e camarão trazidos do litoral (Panizzolo, 2021, p. 4).

A presença italiana massiva no Brasil e, principalmente, em São Paulo foi significativa para a formação de uma identidade étnica comum entre aqueles que migraram para o Brasil: o conceito e a noção de italianidade (Truzzi, 2016). Situação diferente daquela vivenciada na recém-unificada Itália, onde os regionalismos eram muito marcantes e a falta de um senso de unidade linguística, cultural e nacional dificultava a consolidação do sentimento de italianidade, caracterizado pelo senso de ser italiano, de ser nacionalista e de amar a pátria italiana. Truzzi (2016) recorre a Stuart Hall (2008) para discutir a formação da identidade cultural:

[...] na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (Englishness) veio a ser representada - como um conjunto de significados - pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (Hall, 2008, p. 47 apud Truzzi, 2016, p. 18).

Um dos fatores decisivos para a consolidação do crescimento da cidade de São Paulo foi a recepção massiva de imigrantes, seja em termos numéricos, seja pela

instalação de pequenas fábricas, dando, na visão de Torres (1985), aspectos de progresso material e desenvolvimento à cidade de São Paulo e, principalmente, a bairros como o Brás, que recebeu grande parte dessa imigração, especialmente os imigrantes italianos. Imigrantes que foram atraídos para a região pelos preços mais baixos dos aluguéis, visto que o Brás era, na época, uma região com sérios problemas de infraestrutura e de enchentes, descrito como o local mais poeirento da cidade, altamente prejudicial à saúde (Paiva e Moura, 2008, p. 22). Aliavam-se a isso a proximidade com o local de trabalho, a presença de indústrias nas quais poderiam se empregar e a possibilidade de montar pequenas oficinas ou comércios junto às suas residências, o que tornou o bairro uma possibilidade interessante para italianos e demais imigrantes (Veras, 1994; Torres, 1985).

Uma vez na cidade, o trabalhador imigrante procurava lugar para se instalar, compatível a seu poder aquisitivo e que fosse próximo a seu local de trabalho. Daí a procura pelo Brás. Também o Bexiga e Bom Retiro mereceram a preferência dos imigrantes; os italianos, por exemplo, procuraram fixar-se no Brás por conter terrenos de várzea, mais baratos, e pela presença ali da Hospedaria dos Imigrantes, da ferrovia e de indústrias (Veras, 1994, p. 604).

A partir do último quartel do século XIX, especialmente da década de 1890, o bairro do Brás transformou-se em um núcleo de operários, em sua maioria italianos, inicialmente provenientes do Vêneto e, posteriormente, napolitanos, que se tornaram maioria no bairro (Veras, 1994; Gattai, 1976). Em 1894, a relação entre estrangeiros e nacionais era de 68% para 32%, de acordo com Fausto (1979), muitos estabelecidos no Brás, que também abrigava a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, passagem temporária de muitos italianos que, em minoria, se estabeleceram diretamente na região ou, na maioria dos casos, vieram das lavouras de café (Veras, 1994).

O bairro localizava-se no entroncamento de duas linhas ferroviárias que passavam pela cidade de São Paulo - a São Paulo Railway e a Central do Brasil -, possibilitando o grande fluxo de imigrantes italianos para a região (Paiva e Moura, 2008). Pela alta concentração populacional, baixos salários e precariedades dos serviços básicos de infraestrutura, como a falta de vilas operárias consideradas “modernas” para os trabalhadores, segundo Veras (1994), o Brás concentrava um alto número de cortiços, com moradias precárias, elevado índice de epidemias e doenças contagiosas e grupos heterogêneos convivendo entre si, o que gerava conflitos e disputas. Sobre essa situação, Gattai (2009) afirma que:

[...] Devido a seus cortiços famosos, a Rua Caetano Pinto, no Brás, afastava de suas calçadas moradores de outras ruas. Mal afamada pelas brigas e bafafás diários, tornara-se tabu, habitada sobretudo por italianos do sul da Itália — calabreses principalmente — vindos à procura de fortuna no Brasil. Sobre ela contavam-se coisas do arco da velha, histórias mirabolantes. Talvez exagerassem, não sei, pois nunca tive a ventura de pisar naquelas calçadas proibidas. Passei a admirar seus moradores desde que soube tinham eles destruído uma carrocinha de cachorro, pondo os laçadores a correr debaixo de tabefes e pontapés. Nunca mais voltaram. Polícia não circulava na Caetano Pinto, os habitantes faziam as próprias leis. Não havia soldado que por ali se aventurasse. População extremamente religiosa, profundamente patriota, de sangue quente. Comprava barulho por um dá cá aquela palha mas, ao mesmo tempo, era terna e alegre. As mulheres tinham fama de valentes, discutiam de janela a janela, batiam nos filhos, à moda italiana: violentos tapas na cara. Havia curiosa emulação entre as vizinhas da Caetano Pinto: quem conseguiria fazer luzir mais suas panelas? Consumiam mãos e unhas na poderosa mistura de cinza e areia com que esfregavam as peças, mas sentiam-se recompensadas. Em torno dos caixilhos das janelas, permaneciam penduradas, em exposição, brilhando, ofuscando a vista dos passantes, panelas e frigideiras, caldeirões e caçarolas, de todos os tamanhos e formatos, motivo de elogios e glória para suas proprietárias, enchendo-as de orgulho e vaidade. Dos fogareiros a carvão, colocados nas calçadas, as panelas fumegantes desprendiam aroma dos molhos e de guisados, que entrava pelas narinas dos passantes, despertando apetite (Gattai, 1980, p. 110).

Com a presença de muitos imigrantes italianos e outros tantos de diversas nacionalidades, além dos nacionais, havia uma demanda pela oferta de educação para as muitas crianças que habitavam o bairro junto com suas famílias. Foi necessária, então, a abertura de escolas que viessem a oferecer oportunidades de estudo tanto para essas crianças quanto para aqueles que trabalhavam o dia todo, com destaque para os operários, que constituíam uma parcela significativa da população da região. Com o crescimento cada vez maior da imigração, principalmente a italiana, a presença desses imigrantes no bairro do Brás e, conseqüentemente, nas escolas ali instaladas, seria constante.

Ao mesmo tempo, cogita-se da abertura de escolas noturnas mantidas pela Municipalidade. O desenvolvimento geral da cidade exige que se dê oportunidades de estudos aos que trabalham durante o dia todo. Ainda em 1891 é aprovada na Câmara uma indicação no sentido de serem criadas e mantidas pela Municipalidade quatro escolas primárias noturnas para operários, nas freguesias da Sé, Brás, Santa Ifigênia e Consolação. Para adjunto do diretor da Escola do Brás, o superintendente das Escolas Municipais propõe Julio de Souza Ramos, depois que o presidente do Estado oficiou a Câmara, autorizando o funcionamento das escolas municipais em prédios do Estado (Torres, 1985, p. 114-115).

Sendo assim, segundo Veras (1994) e Torres (1985), nota-se que o bairro do Brás vivenciou um “boom” de crescimento na segunda metade do século XIX, impulsionado por fatores que muito favoreceram a cidade de São Paulo de uma

maneira geral, como o sucesso da produção do café, a expansão das linhas ferroviárias ao longo da província/estado e, principalmente, a imigração em massa, especialmente de italianos que, ao se estabelecerem no bairro do Brás, alteraram profundamente a cultura, a economia e a vida social da região. Surgiu, então, a preocupação com a questão escolar e, para atender a essa demanda, foram criados três grupos escolares no bairro, conforme consta no Anuário de Ensino 1907-1908.

A presença das crianças italianas nos Grupos Escolares do Brás

Levando em conta que a construção de um capital cultural (Bourdieu, 2014), por meio dos valores republicanos ensinados na escola, serviria como sustentação, pelos formados nesse modelo educacional, do capital simbólico daqueles que detinham o poder na jovem República, tornara-se urgente repensar a educação no Brasil, já que, dentro desse objetivo, ela teria um papel central na construção da mentalidade republicana das novas gerações.

Com a transição do Império para a República, em 1889, e a Constituição de 1891, consolidava-se o pensamento republicano, que consistia em construir uma nova ideia de nação e de cidadão ordeiro e civilizado, baseando-se em sua forte influência positivista, que se destacava como lema da bandeira nacional: a noção de um país desenvolvido pela ordem e pelo progresso. A educação não poderia ficar de fora dessas mudanças, já que era considerada pelos republicanos como uma “ferramenta” para o desenvolvimento de uma nação moderna, letrada e científica.

Desejava-se um país progressista e desenvolvido; para isso, a escolarização popular seria essencial. Viria a constituir o cidadão como um novo ser, com padrões de moralidade, voltado ao trabalho como uma força auxiliar no crescimento econômico, na construção da nação e de sua identidade: aquela associada com uma sociedade moderna, letrada e científica (Baduy e Ribeiro, 2020, p. 7).

Os índices de analfabetismo eram críticos, chegando a mais de 80% (Baduy e Ribeiro, 2020), afetando em massa a população brasileira entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX. As escolas existentes e os métodos educacionais eram vistos, em sua maioria, como inadequados e atrasados em relação ao que existia na Europa e nos Estados Unidos, país que foi o grande modelo em vários aspectos para a jovem República que dava os seus primeiros passos. Foi então que, pensando em um modelo de escola que atendesse às massas de uma maneira geral e trabalhasse os valores do positivismo e do liberalismo, pilares de sustentação

da República, surgiu o Grupo Escolar, o grande símbolo do ideário escolar republicano.

Essas mudanças no universo da escola pública surgiram na capital paulista, mas se difundiram país afora já nos primeiros anos do século XX. Nesse sentido, o grupo escolar se projetou como categoria de escola primária que é estudada como um “projeto pedagógico escolar institucional” de fins políticos; ou seja, como um projeto da República para a escola pública: o de formar integralmente o cidadão (Baduy e Ribeiro, 2020, p. 7).

O primeiro Grupo Escolar do Brás, sendo, entre os três, o maior em infraestrutura e quantidade de alunos, foi fundado em 8 de agosto de 1898 e instalado uma semana depois em um prédio de propriedade do Estado de São Paulo. Felipe (2023) destaca a imponência do prédio, que se sobressaía na paisagem com o objetivo de causar impacto e demonstrar a magnitude do projeto republicano, evidenciando de forma incontestável a ruptura com o “atraso” do passado imperial. “O prédio é vasto, conta com 16 salas de aula, bem arejadas, além de muitos compartimentos destinados a fins diversos. [...] Além da magnífica mobília escolar, é ricamente dotado de todo o material preciso para a fiel execução dos programmas de ensino” (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908, p. 142).

Com projeto arquitetônico de Ramos de Azevedo, suas obras foram executadas pelo engenheiro Pedro de Mello e Souza Júnior. Localizava-se, permanecendo como escola no mesmo endereço até os dias atuais - na Avenida Rangel Pestana, recebendo cerca de 800 matrículas anuais e contando com 1.031 alunos, sendo um dos principais Grupos Escolares da cidade de São Paulo, conforme consta no relatório Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908).

O diretor do primeiro Grupo Escolar do Brás foi o professor Mario Arantes, permanecendo no cargo por mais de dez anos, e saindo em 15 de fevereiro de 1899, em virtude de sua nomeação como professor da Escola Complementar anexa à Normal. Arantes acabou sendo responsável pelas diretrizes iniciais do Grupo, que se mantiveram ao longo dos anos. Em 23 de maio de 1903, Romão Puiggari, espanhol radicado no Brasil, assumiu a direção do Grupo Escolar do Brás. Puiggari formou-se professor em terras brasileiras e após ser docente no município de Mogi Mirim, foi nomeado, em 8 de fevereiro de 1895, como professor interino da escola Normal Caetano de Campos. Após sua nomeação como diretor do Grupo Escolar do Brás, veio a falecer em 5 de dezembro de 1904, permanecendo menos de dois anos no cargo. Em sua homenagem, o Grupo Escolar recebeu seu nome, passando a se

chamar Grupo Escolar Romão Puiggari (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908).

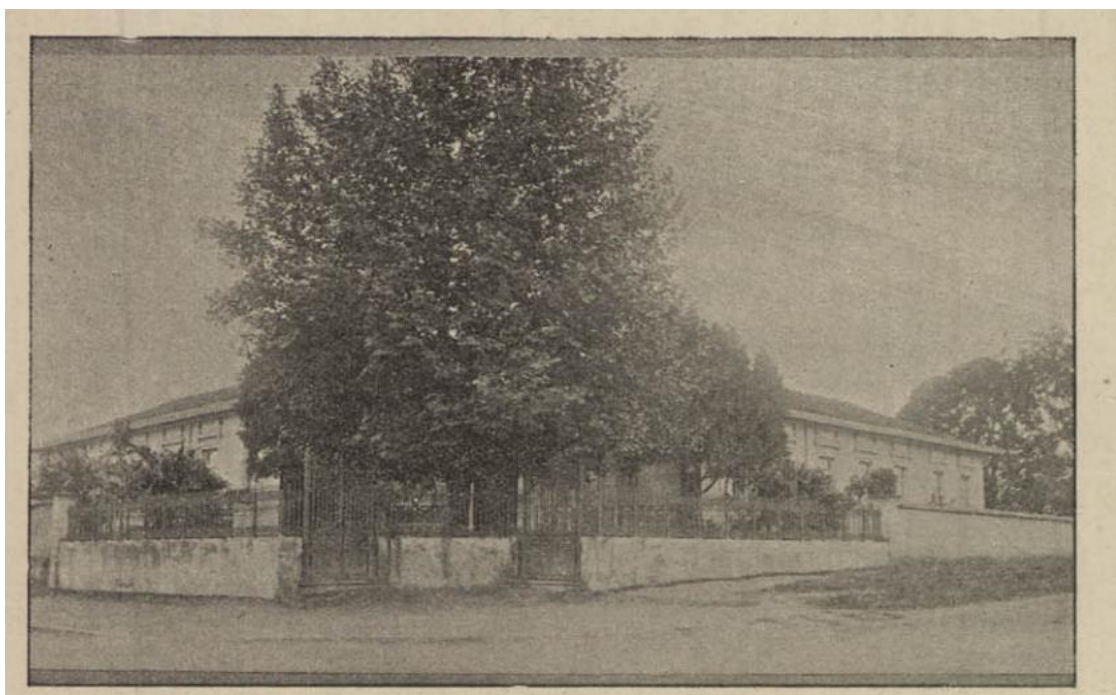
Figura 1: 1º Grupo Escolar do Brás - posteriormente Grupo Escolar Romão Puiggari



Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908).

O segundo grupo escolar do Brás foi criado em 4 de novembro de 1896, sendo o primeiro dos três a ser criado. Funcionava em um prédio arrendado pelo Estado de São Paulo na Avenida da Intendência, n.º 12. Segundo o que é apontado no anuário, inicialmente existia somente a seção masculina nesse grupo; contudo, em 11 de janeiro de 1900, dada a necessidade de ofertar educação para as alunas, foi criada a seção feminina, implantada em 9 de março do mesmo ano. Pela necessidade de um edifício maior para comportar as duas seções, o grupo foi transferido para a Rua Almirante Barroso, n.º 3, no dia 1º de março de 1900. O professor Miguel Carneiro Junior foi nomeado como primeiro diretor do grupo, sendo responsável por organizar a implementação da seção feminina e a mudança de localização (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908).

Figura 2: Segundo Grupo Escolar do Brás



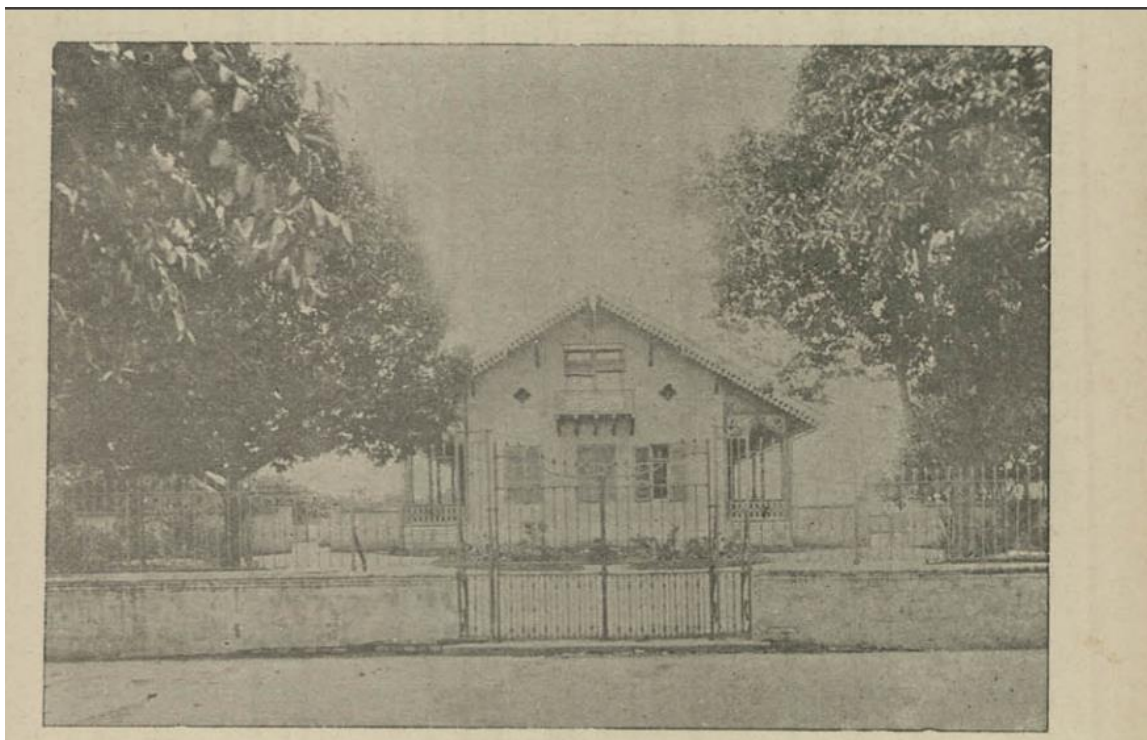
Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908).

O terceiro Grupo Escolar constituiu-se, inicialmente, como uma escola voltada unicamente para o público feminino, em razão da necessidade gerada pelo alto número de alunas no Grupo Escolar do Brás. Foi criado em 8 de agosto de 1898, na mesma data da criação do primeiro Grupo Escolar⁴, sendo instalado três dias depois e tendo como diretor nomeado o professor Arthur Goulart (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908). No momento de sua fundação, era considerado modesto: atendia, ao todo, 184 alunas e possuía apenas dois anos escolares, sendo o 1º ano dividido nas seções A, B e C, e o 2º ano as seções A e B.

Entretanto, esse quadro mudou significativamente quando, em fevereiro de 1906, foi criada a seção masculina. Segundo dados do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908), o terceiro Grupo Escolar do Brás passou a atender até o 4º ano, tanto para meninas quanto para meninos, e contava com 297 alunos no ano de 1907.

⁴ A ordem de primeiro, segundo e terceiro grupo não se refere à data de criação.

Figura 3: Terceiro Grupo Escolar do Brás



Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908).

Entre os três Grupos Escolares do Brás, é apontada a presença, conforme consta no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908) e indicado por Panizzolo (2019), de 58 alunos estrangeiros, sendo nove meninos e 16 meninas no 1º Grupo Escolar do Brás; 11 meninos e nove meninas no 2º Grupo Escolar; e, no 3º Grupo, quatro meninos e nove meninas. Segundo o que consta nos livros de matrícula do ano de 1908 desses Grupos Escolares, dos 58 estrangeiros matriculados, 50 eram italianos: 23 no primeiro Grupo; 16 no segundo; e 11 no terceiro.

Tabela 1: Grupos Escolares do Brás e a quantidade de alunos estrangeiros em 1908

Grupos Escolares	Criação	Instalação	Alunos Estrangeiros (italianos)	Masculino (italianos)	Feminino (italianas)
Brás (primeiro)	08/08/1898	15/08/1898	25(23)	9 (9)	16 (14)
Brás (segundo)	04/11/1896	04/11/1896	20(16)	11 (8)	9 (8)
Brás (terceiro)	08/08/1898	11/08/1898	13(11)	4 (4)	9 (7)

Fonte: Tabela criada pelo autor com base nos dados do Anuário de Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e nos livros de matrícula do ano de 1908.

Apesar da existência de várias escolas italianas na cidade de São Paulo e da preferência das famílias de imigrantes italianos por matricular seus filhos nessas instituições, conforme aponta Panizzolo (2019), alguns pais recorreram aos Grupos Escolares, por desejarem maior integração de seus filhos com o país que os acolheu - para que aprendessem o idioma, a cultura, a história e a geografia do Brasil - ou simplesmente pela falta de recursos, já que muitas famílias tinham dificuldades em manter os filhos nas escolas particulares (Felipe, 2023). Os Grupos Escolares mostravam-se ideais para essa finalidade, o que explica o número significativo de estrangeiros nessas instituições no bairro do Brás no ano de 1908.

Muitas famílias reservavam à escola, um lugar de modesta valorização, outras, no entanto, ainda que ansiassem que seus filhos estudassem, não possuíam as necessárias condições materiais. No entanto, houve ainda um grupo que enfrentou árduos sacrifícios para que seus filhos estudassem, preferencialmente em uma escola italiana, ou ainda, nas escolas públicas paulistas (Panizzolo, 2019, p. 3).

Em conclusão, os dados acima referenciados mostram que o Grupo Escolar também atuou, para esses alunos italianos e para os alunos estrangeiros de forma geral, assim como na educação dos nacionais, na formação do modelo de cidadão ideal por meio da construção do capital cultural (Bourdieu, 2014), a serviço da consolidação dos interesses da República e de seus símbolos de poder.

Considerações Finais

Não é possível correlacionar as dimensões e a importância do bairro do Brás sem levar em consideração as profundas mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX. Além do intenso desenvolvimento comercial, fabril, de infraestrutura e do notável crescimento populacional, a imigração, principalmente italiana, moldou a trajetória histórica, cultural e econômica de um dos principais bairros da capital paulista.

Os italianos que ali se estabeleceram, atraídos por preços mais baixos de moradia, ainda que precárias, e pela possibilidade de residirem próximos às fábricas onde trabalhavam ou de montar seus próprios negócios, viram-se na necessidade de possibilitar a educação de seus filhos. Mesmo que as escolas italianas fossem preteridas e que muitas crianças tivessem que interromper seus estudos para

trabalhar, os Grupos Escolares representavam o sinal concreto dessa possibilidade de escolarização.

Sendo assim, os dados expostos a respeito da presença estrangeira nos três Grupos Escolares nada mais fazem do que refletir a massiva presença de imigrantes italianos no bairro e demonstram que, além da oferta de ensino para as crianças estrangeiras, a formação do indivíduo e do cidadão dentro da moralidade republicana não se restringiu aos nacionais, mas também esteve presente na educação dos estrangeiros.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Emigração, família e luta**: os italianos em São Paulo, 1870-1920. 1983. 305 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. Acesso em: 30 jan. 2026.

BADUY, Marina; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Origens do grupo escolar e a modernização (educacional) no Brasil. **Intercursos Revista Científica**, Ituiutaba, v. 19, n. 1, p. [indicar páginas], jan./jun. 2020.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Crianças a caminho: imigrantes e filhas de imigrantes nas terras paulistas. In: **Anais...** Simpósio Nacional De História, 27., 2013, Natal. Programa e resumos: conhecimento histórico e diálogo social. Natal: ANPUH, 2013, p. 50.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2014.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. v. 2: Burgo de estudantes (1828-1872); v. 3: Metrópole do café (1872-1918); São Paulo de agora (1919-1954).

FELIPE, Adilson Ednei. **Nem modernidade, nem uniformidade**: as escolas isoladas da cidade de São Paulo (1894-1919). 2023. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2023.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1980.

MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**: de comunidade à metrópole. São Paulo: Difel, 1970.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PANIZZOLO, Cláudia. Livros de leitura e a construção da identidade nacional de crianças italianas e descendentes (São Paulo no início do século XX). **Acta Scientiarum. Education**, v. 41, e45486, 2019.

PANIZZOLO, Cláudia. O cotidiano das crianças italianas do lado de lá e de cá do oceano Atlântico: algumas considerações sobre a infância entre fins do século XIX e início do século XX. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Juiz de Fora, v. 25, p. 135-155, 2021.

PHILIPPE, Arthur. **Novos olhares sobre a urbanização e expansão da cidade de São Paulo**: o bairro do Brás entre a passagem do século XIX para o XX. São Paulo: ANPUH, 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**: anos 1907-1908. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1908. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=8&busca=12&tipoFiltro=&filtro=&descFiltro=>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Grupo Escolar do Brás. **Lista de matrícula**. 1908. Manuscrito. Local de guarda: Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo. Fundo Secretaria da Educação.

TORRES, Maria Celestina Mendes. **O bairro do Brás**. 2. ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1985. (Série História dos Bairros de São Paulo).

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Editora UNESP, 2016.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial. **Análise Social**, v. 29, n. 127, p. 599-629, 1994.

Recebido em 02/05/2026

Versão corrigida recebida em 30/04/2026

Aceito em 30/07/2026

Publicado online em 01/08/2026